



Universidade de Brasília

POLLIANE KETLEN PARRA

**LITERATURA EM SALA DE AULA:
POSSÍVEIS CAMINHOS PARA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Brasília

2022

Introdução

A leitura e a escrita não são atividades inatas do ser humano, mas processos complexos de aprendizagem que requer esforço de quem aprende e de quem ensina. Essas atividades estão presentes no cotidiano escolar e exigem grande empenho pois envolvem a capacidade de lidar com a linguagem nas dimensões sociais e culturais. O desenvolvimento da capacidade de ler e escrever tem sido uma preocupação entre os docentes de Língua Portuguesa.

Este artigo visa levantar alguns questionamentos: Que papel a literatura desempenha na vida das pessoas? Que orientação os documentos oficiais nos fornecem sobre a formação do leitor e o ensino de literatura no Ensino Fundamental? Atualmente, como se aborda o texto literário em sala de aula e como podemos repensar uma forma mais expressiva para o leitor em formação?

1 - A importância da leitura

Para se discutir sobre o ensino de literatura e o processo de formação do aluno enquanto sujeito leitor, é preciso iniciar com uma discussão sobre a importância da leitura.

Em nosso cotidiano estamos cercados por várias possibilidades de práticas de leituras, em diversos gêneros ou suportes, seja na rua ou em casa. Além de placas, outdoors e propagandas, a tecnologia tornou-se um facilitador de tais atos, visto que, estamos em constante leitura nas redes sociais, em trocas de mensagens ou na busca de um filme, por exemplo.

Dessa maneira, conseguimos entender a importância da leitura, que se faz tão presente em nosso dia a dia e em diferentes contextos sociais, principalmente quando a consideramos como a “porta” para o mundo, na formação do sujeito, na observação da sociedade e das relações humanas.

A leitura conceitualmente está atrelada a atividade de decodificação e análise de estrutura do texto. Hoje, no entanto, existem várias significações ao sentido de ler, como por exemplo, lê é atribuir significado ao que se lê, é a captação das ideias do autor e a reprodução ou reconhecimento dos sentidos do texto. Corrêa defende ao dizer que

Sabemos que ler não é apenas decodificar, é compreender e, mais ainda, é indagar, deduzir, inferir, associar, intuir, prever, concluir, discordar, concordar, acrescentar, selecionar, entre outras formas de interpretar e fruir um texto. Só percebendo que a leitura possibilita tudo isso é que se pode ter plena consciência de sua importância na formação intelectual, cultural e social dos indivíduos. (CORRÊA, 2003, p.53)

Essa produção de significações possui uma flecha em dois sentidos: ao ler, o leitor produz significações e se constrói como leitor. Mas suas leituras prévias, história de leitor também estão presentes em seu trabalho de leitura e é esse trabalho que o constitui como leitor e assim sucessivamente (GERALDI, 1988, p. 7). É exatamente por isso que o entendimento que fazemos do mundo, através da leitura, nos mostra que devemos ler cada vez mais, Paulo Freire (1989), demonstra isso ao dizer que, a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e ambas caminham juntas. Desse modo, além de concepções teóricas, a leitura tem seu significado singular com experiências individuais, a partir da forma que cada indivíduo enxerga, compreende e interage com o mundo.

Podemos destacá-la também como ferramenta de denúncia, de autonomia e de enfrentamento as imposições postas sobre determinados grupos. Por isso, as pessoas precisam despertar para esse conhecimento e construir uma cultura leitora que lute para nivelar as condições de estar presente na sociedade. Sobre as alternativas apresentadas pela 4ª Edição da pesquisa Retratos da leitura no Brasil

É preciso apostar no aumento do número de leitores a partir de um tripé essencial formado pela família, pelo Estado e pela sociedade civil. No primeiro caso, a propósito, em resposta a uma nova pergunta adicionada a esta edição da pesquisa, a figura da mãe surge como a principal influenciadora no gosto pela leitura. Ao Estado cabem os investimentos a longo prazo em educação, o empenho na formação de professores e mediadores de leitura, os esforços para a implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e o fortalecimento do sistema de bibliotecas públicas. [...] Já na sociedade civil, empresas, ONGs e escolas vêm desenvolvendo projetos, eventos e prêmios em prol do incentivo à leitura, buscando proporcionar o acesso aos livros a pessoas de diversas idades e níveis de alfabetização. (FAILLA, 2016, p.6).

É preciso que todos os âmbitos percebam a importância da leitura, desde seus objetivos mais amplos como: criticidade, aumento da bagagem cultural e desenvolvimento social, político e econômico. Até os mais pessoais como: aumentar o vocabulário e a compreensão das coisas, facilidade na escrita e na comunicação e

o desenvolvimento afetivo. Desse modo, entende-se que a leitura vai muito além da decifração da escrita e do código linguístico, mas envolve todo um conjunto que reflete na vida dos indivíduos em sociedade.

Entretanto sabemos que ainda não alcança a todos. Tem-se uma gama de pesquisas na área, por órgãos como o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, por exemplo, que revelam números significativos de analfabetismo no Brasil. Além disso, temos também os analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que sabem ler, mas não conseguem fazer uma interpretação crítica ou tem dificuldade de compreender e se expressar em situações cotidianas. Segundo dados do INAF (2018), 3 em cada 10 jovens e adultos (29% do total, ou seja, equivalente a cerca de 38 milhões de pessoas) são considerados analfabetos funcionais. Taxas altas que trazem preocupações para a sociedade.

Ademais, listamos também aqueles que sabem ler, mas não leem. Segundo Martins (1994, p. 23), uma vez alfabetizadas, as pessoas se limitam a leituras com fins pragmáticos, mesmo sabendo que ler significa se inteirar do mundo. Mais um fato preocupante em um país que não valoriza o hábito de leitura.

Então, o que é necessário fazer para que as pessoas fiquem cientes da importância de saber ler? E mais ainda, fazer o uso da leitura em seu dia a dia, não só como algo rotineiro, mas sim com o entendimento de que através da leitura adquirimos um olhar crítico como cidadão, da realidade em que vivemos e da ampliação da visão de mundo.

Não existe uma fórmula mágica como solução e sabemos que o problema da falta de hábito de leitura possui muitas vertentes, desde falta de políticas públicas eficientes a falta de incentivo (e conhecimento) no âmbito familiar. No entanto, buscando por uma especificidade, ao tratar sobre a metodologia de ensino escolar e como a prática formal e mecanizada, sem considerar o processo de cada aluno, pode contribuir consideravelmente para tal problema. Segundo Soares (2003) o processo de alfabetização e letramento deve ocorrer de forma simultânea: pela aquisição do modelo convencional de escrita -a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas indissociáveis, a alfabetização se desenvolve no contexto de e

por meio de práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, pelo letramento, e este, por sua vez, só se desenvolve em dependência da alfabetização. (Soares, 2003, p. 14)

Ainda sobre a metodologia de ensino, é preciso considerar o papel do professor neste processo como incentivador das práticas de leituras, formando-se como leitor para formar possíveis leitores. Papel este, que não se limita apenas a apresentação de leituras para os discentes, mas sim como um mediador, ou seja, aquele que medeia entre o leitor-texto-autor dando o caminho para descobertas aos seus leitores. Tratando antes de "dialogar com o leitor sobre a leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá" (MARTINS, 1994, p. 34). Dessarte, o aluno precisa ser estimulado a essa leitura e o professor, na intenção de que a mediação de fato aconteça, deve estar atento às diversas estratégias, pensando na leitura com um processo para as descobertas através da interpretação e não apenas como um produto.

2. Leitura do texto literário em sala de aula: prática docente e formação de leitores

A escola precisa oferecer um local seguro e apropriado para ser a base da formação do leitor, lugar é onde os alunos devem ter um espaço privilegiado e com livre acesso aos livros de literatura, visto que as práticas de leituras escolares têm papel importante na formação deste hábito. Segundo Magda Soares, a escola deve promover esse letramento estimulando a leitura

É função e obrigação da escolar dar amplo e irrestrito acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também a leitura literária; a leitura para fins pragmáticos, mas também a leitura de fruição, a leitura que situações da vida real existem, mas também a leitura que nos permita escapar por alguns momentos da vida real. (SOARES, 2008, p. 33)

A fim de cumprir seu papel, a escola precisa conceder recursos que contribuam e aproximem o discente desta realidade, que vão desde a ação docente a espaços adequados, como a biblioteca. A Lei Federal nº 12.244/2010 tornou obrigatório a instituição de bibliotecas nas escolas e estas devem contar com no mínimo um título em seu acervo por cada aluno matriculado, incluindo a presença do profissional bibliotecário. Porém, essa realidade ainda não ocorre na grande maioria das escolas, em que faltam recursos para investimento em livros ou profissionais.

Para falar das particularidades da leitura do texto literário em sala de aula, reconhecendo sua importância na formação do leitor, é necessário refletir sobre algumas questões básicas: “Qual a concepção de literatura?”, “Qual importância da literatura para o currículo escolar, baseado nos documentos norteadores?” e “O que se ensina em literatura?”

2.1 Concepção de literatura

Em “O direito à literatura”, de Cândido (1995), o autor compreende a literatura como uma manifestação universal de todos os homens, em todos os tempos, e, desse modo, considera-a como uma necessidade universal que deve ser satisfeita devido ao seu papel construtivo, expressivo, transformador e humanizador. A literatura é comparada como um direito humano, por sua vez, definido como um direito incompreensível a todos, independente de classe social, ou seja, indispensável à vida do ser humano. Nesse viés, Cândido reflete:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1995, p. 174).

Dessa forma, entende-se que a literatura faz parte da vida das pessoas como manifestação cultural, presente em todos os níveis da sociedade, em diferentes formas e épocas. É construída de acordo com as crenças, valores éticos e morais, e com os preceitos de uma sociedade.

Em conformidade com esse conceito, diz Todorov (2009, p.22) “A Literatura não nasce do vazio, mas do centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características; não é por acaso que, ao longo da história, suas fronteiras foram inconstantes”. Ou seja, a construímos por meio do que recebemos de outros seres humanos. Além de oportunizar emoções insubstituíveis e no que se refere à realidade, é possível visualizar maior plenitude e beleza, permitindo também que cada um reaja melhor à sua capacidade de ser humano (TODOROV, 2009, p.24).

2.2 A literatura no currículo escolar

A literatura no currículo escolar deve apresentar-se como um instrumento intelectual e afetivo que amplia a capacidade de ver, entender e sentir o mundo, além de construir novas realidades através da interação do leitor, considerando a individualidade de cada um a partir de suas vivências.

Para Gardner (2000), o jeito como se apresenta o currículo pode significar a diferença entre uma experiência bem-sucedida e uma mal-sucedida, pois é sabido que os alunos aprendem de maneiras diferentes. A escola deve oportunizar ao aluno buscar oportunidades educacionais dentro de uma comunidade mais ampla.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 7), determina às Secretarias de Educação de cada estado os conteúdos a serem incluídos nos currículos escolares, considerando também as particularidades de cada região.

Este documento propõe para o campo artístico-literário possibilitar o contato das crianças, adolescentes e jovens com as manifestações artísticas e culturais, especialmente, o contato com a arte literária, visando ampliar e diversificar as práticas de leitura, compreensão e fruição de textos literários e o compartilhamento das manifestações cultural, linguística e semiótica. O campo artístico-literário visa ainda ampliar os interesses que movem a arte e a literatura, assim como as mídias que dão suporte a estas manifestações, experimentando a arte e a literatura como expedientes que permitem conhecer diferentes maneiras de ser, pensar, agir, sentir e desenvolver atitude de valorização e de respeito ao outro, assim como desenvolver habilidades que garantam compreensão, apreciação, produção e compartilhamento de textos dos variados gêneros das esferas literária e artística.

No componente Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, na BNCC, a literatura é apresentada como práticas de linguagem contemporâneas, tratando a participação nas atividades sociais através de meios eletrônicos: “Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, podem-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; (...). Em tese, a Web é democrática: todos podem acessá-la e alimentá-la continuamente.” (BRASIL, 2018, p. 68). Nesse trecho, um livro de literatura é equiparado a um filme, não há ênfase no valor da obra literária.

A produção de variados gêneros textuais, demonstram a dimensão instrumental da leitura, quando diz “produzir playlists, vlogs, vídeos-minuto, escrever fanfics, produzir e-zines, (...), dentre outras muitas possibilidades” (BRASIL, 2018, p. 68), depois de ler um livro de literatura. São gêneros interessantes e que merecem ser trabalhados, no entanto, o maior foco, considerando a formação do aluno leitor, deveria ser despertar o aluno para a leitura e o estímulo a imaginação, a descoberta de si e do mundo.

Quanto a fruição da leitura literária, que possibilita o desenvolvimento do senso estético, valorizando as dimensões lúdicas, de imaginário e reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura, o documento cita gêneros como “lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros” (BRASIL, 2018, p. 132). Essa literatura criativa e transformadora é fundamental para formação do sujeito leitor.

Entre tantos pontos a serem questionados pela forma que a literatura aparece na BNCC, percebe-se que ela não ocorre em todo o componente curricular de Língua Portuguesa, não há um tópico específico sobre seu ensino, apresenta-se em sentido genérico e sem vínculo com a prática na sala de aula. Embora a cultura digital seja extremamente relevante no contexto atual, lamenta-se a falta de reconhecimento da literatura como objeto essencial a formação de crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, um dos objetivos do Ensino Fundamental é “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. Em concordância os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997) orientam ao educador que esse aprendizado deve representar algum significado para o educando, e no que compete ao ensino de literatura orienta que “é importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula” (PCN, 1997, p. 29)

No entanto, muitas vezes o ensino de literatura concentra-se na abordagem historicista e como recurso para trabalhar a Língua Portuguesa. Este ensino também é feito com obras fragmentadas, o que ocasiona implicações na interpretação do leitor pois são suprimidas diversas informações que modificam o sentido da leitura.

Outra discussão também é em relação as maneiras e intenções que orientam o ensino da literatura, considerando que o para que fazer determina o como fazer; depois, sobre qual literatura ensinar, bem como a forma como a literatura é apresentada durante o trabalho pedagógico, seja em fragmentos ou integral. Atrela-se a essa discussão, a definição de qual finalidade ensinar literatura, em que se propõe a formação de um sujeito leitor livre, responsável, e crítico e que seja capaz de formar por conta própria um sentido e argumentá-lo. Junto a isso, a formação de uma personalidade sensível e inteligente, sendo aberta ao que a literatura ensina e aos outros. (ROUXEL, 2013, p. 20)

2.3 O que se ensina em literatura

Após tais reflexões sobre a importância da orientação no ensino de literatura, é fundamental que o objetivo deste seja a formação de leitores ativos e autônomos. Para alcançar estes objetivos, é preciso repensar a respeito de algumas perspectivas metodológicas, ou seja, o como ensinar. Três pontos são necessários estar alinhados a uma proposta metodológica: a atividade do aluno leitor em sala de aula, textos e obras a serem trabalhados e a ação do professor, suas escolhas didáticas e pedagógicas.

Refletir na atividade do aluno enquanto leitor em formação, necessita que tenhamos uma atitude não autoritária diante das possibilidades de leitura, prezando pela autonomia do sujeito em fazer suas próprias escolhas, sabendo onde buscá-las e compreendendo um conjunto de fatores que envolve tal escolha. Percebendo sua história de leitura e ao mesmo tempo trabalhando com o texto como fonte de conhecimento, estabelecendo objetivos e oportunizando a compreensão sobre o gênero textual e seus aspectos, aspectos esses que farão parte da competência leitora do aluno, além de colaborar com a prática da escrita.

Para que o aluno leitor se engaje em uma experiência de leitura literária, é necessário que haja uma identificação do leitor com o texto, que ele goste do gênero e não seja apenas uma obrigação, pois não se pode interpretar um texto se o lomos sem curiosidade e vontade. O modo e o objetivo de leitura devem despertar o interesse do aluno e que a leitura possibilite conhecer outras experiências e aprender com elas.

Kleiman afirma que “ninguém consegue fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo da qual não consegue extrair sentido”, portanto, cabe ao professor “negociar para poder ensinar a ler”, quebrando barreiras da resistência do próprio aluno.

Que literatura ensinar é também uma análise importante, visto que as obras escolhidas para a leitura podem ser a porta de entrada para compreensão de como os jovens estão interagindo com a literatura e o impacto na formação do leitor. A sala de aula é um espaço para ampliar os saberes e o primeiro contato que grande parte dos alunos tem com o texto literário.

Na maioria das vezes o suporte escolhido para trabalhar literatura resume-se ao livro didático por este ser uma ferramenta adotada pela escola e que costumar guiar as práticas de leitura realizada em sala de aula. No entanto, as informações contidas no livro são compactadas e fragmentadas, além de ocorrer um direcionamento a respeito da aprendizagem, em que a considera de forma homogênea. Para Diniz e Tinoco (2013), caso o livro didático seja apenas um amparo para os professores mediar as informações na sala de aula, ele inviabiliza o prazer pela leitura, uma vez que

[...] se admite que o livro didático é uma maneira de garantir ao menos uma baliza minimamente segura para amparar nossos professores e se, ao mesmo tempo, intui-se ser improvável que um manual seja capaz de transmitir o gosto pela leitura. Depara-se com um impasse no que diz respeito à formação de leitores, que se apresenta como questão central. [...] a ideia de que os manuais podem e devem ser repensados, para que, ao menos, não se coloquem como obstáculos à leitura literária. (DINIZ; TINOCO, 2013, p.144).

O texto literário possui identidade e forma e ao aparecer no livro didático, se fragmenta, pois percebe-se que várias informações são suprimidas e modificam seu sentido. Conforme o trecho a seguir:

Quando se lança mão de um fragmento de texto de literatura infantil, muito frequentemente não se cuida de que o fragmento apresente, também ele, textualidade, isto é, que apresente as características que fazem com que uma sequência de frases constitua, realmente, um texto (SOARES, 2011, p.31).

Nesta fala, a autora faz alusão de que ao expor apenas partes do texto literários, alguns elementos de compreensão se perdem, ocasionando implicações na interpretação do leitor, pois não existe um critério de continuidade da obra, os fragmentos aparecem tanto do início, meio ou fim da história a depender da finalidade proposta no livro. Logo, esperar que os alunos compreendam a integralidade do texto a partir de fragmentos é ilusório.

É preciso que o professor vá além do que limita o livro didático. Torna-se essencial a diversidade de gêneros, autores e obras que devem ser exploradas, uma vez que cada obra provoca no aluno ganhos imensuráveis.

É importante confrontar os alunos com a diversidade do literário (cujo conhecimento afina os julgamentos de gosto): diversidade dos gêneros: ao lado de gêneros tradicionais (romance, teatro, poesia, ensaio), os novos gêneros (autoficção, história em quadrinhos, álbum); diversidade histórica: obras canônicas, fundadas em valores nos quais uma sociedade se reconhece, obras contemporâneas, literatura viva que lança um olhar sobre o mundo de hoje; diversidade geográfica: literatura nacional, literatura estrangeira, principalmente as grandes obras traduzidas do passado e do presente que se abrem para outras culturas e constituem lugares de compartilhamento simbólico na era da globalização (ROUXEL, 2013, p. 23-24)

As experiências dos adolescentes se tornam marcantes quando “[...] provêm de obras que os confrontam com grandes questões existenciais que marcam nossa humanidade: o amor, a morte, desejo, o sofrimento etc.” (ROUXEL, 2013, p. 24). Assim, os textos escolhidos para serem trabalhados em sala de aula devem proporcionar experiências humanas que vão além do domínio docente e sejam vivenciadas pelos alunos através desses textos que fazem parte da formação do leitor. Isto também se dá ao acesso integral das obras, pois não se pode esperar uma experiência total e transformadora através de fragmentos descontextualizado, tornando o texto sem sentido.

O terceiro componente em uma proposta metodológica de ensino de literatura diz respeito a ação do professor. Diante das novas concepções de leitura e de leitor, não podemos considerar o papel do professor como apenas aquele que transmite uma interpretação pronta, seja pessoal ou do livro didático. A exigência em desenvolver a habilidade de leitura dos alunos, em conjunto com as novas metodologias aplicadas, faz com que o professor passe a ser cobrado dentro da expectativa em formar alunos letrados e leitores interessados.

Dalvi (2004) sugere que a “literatura não se ensina, se lê, se vive”, assim entende-se que o ideal seria uma prática de ensino voltada para a experiência ou vivência de leitura literária. O papel do professor seria o de protagonizar esta leitura junto aos seus alunos, ou seja, levar para a sala de aula e envolvê-los com essa leitura, dinamizando, proporcionando momentos e levantando questionamentos que fomentem discussões. Cabe salientar que, embora o professor seja o responsável por

proporcionar momentos literários, é uma via de mão dupla, pois o aluno também é o condutor da situação e traz influência ao ambiente com suas experiências.

Às vezes, por emergência na formação de leitor, o professor acaba se validando de métodos que não atingem tal propósito. Ao impor as “regras de leitura”, com leitura forçada, que não desperta o encantamento, pois o discente já vai de encontro ao texto com tensões e a tentativa de controlá-la e dirigi-la por meio de avaliações rigorosas transformam o aluno em um quase leitor.

Não se trata de fugir totalmente dos ensinamentos tradicionais de literatura, pois entende-se que são necessários, por exemplo, entender o contexto em que a obra se passa a fim de promover maior compreensão ao extrair as intenções do autor de determinada época, mas não podemos esquecer de criar um espaço de liberdade, criticidade e autenticidade para aproximar o leitor deste mundo da leitura.

Dito isto, para que o professor obtenha sucesso em suas práticas, devemos lembrar que este também precisa se formar leitor, para ter o domínio do que pretende alcançar e das situações de improviso, além de estar consciente do seu papel e da responsabilidade. Lajolo (2000, p. 16) reflete que “o desencontro literatura-jovens que explode na escola parece mero sintoma de um desencontro maior, que nós – professores – também vivemos. Os alunos não leem, nem nós; os alunos escrevem mal e nós também.”

É nesse contexto que para pensar na superação de problemas no ensino de literatura, faz-se a reflexão do papel do professor como sendo de fundamental importância para os encaminhamentos e propostas para a área, porém não o criticando duramente, visto que o ensino de literatura não é competência apenas da classe docente, mas inserido em um sistema educacional e social que envolve desde o currículo até políticas públicas.

A reflexão sobre a leitura do texto literário em sala de aula passa por todos os aspectos apresentados até o momento. No entanto, segundo Rezende (2004), há de se ressaltar ainda outros dois aspectos. Primeiro, considerar a leitura literária como prática social, que está presente no dia a dia das pessoas, como também defende Candido (1995), em que há no ser humano uma necessidade de adentrar o universo

fabulado que provém da carência da fantasia, do desejo de viver a imaginação, o sonho.

Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas sem alguns momentos de entrega 36 Letícia Queiroz de Carvalho ao universo fabulado. [...] E durante a vigília a criação ficcional ou poética [...] está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos [...]. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance (CÂNDIDO, 1995, p. 174-5).

O outro ponto é considerar a leitura como uma prática escolar ainda fincada nos moldes tradicionais, que não busca a subjetividade do leitor, logo não favorece a experiência humana e estética pela leitura. O texto literário é uma forma de linguagem que mostra o mundo, conforme Tinoco (2004), na medida em que o leitor se percebe refletido nele, ler e compreender dialogicamente, é, portanto, “ler a palavra carregada de mundo” e isso amplia e transforma sua percepção do mundo enquanto sujeito, muitas vezes limitada pela sua vivência pessoal, cultural, filosófica, etc.

3. Considerações finais

Diante do que foi pontuado neste artigo, faz-se necessário repensar sobre as práticas de ensino de literatura em sala de aula que, infelizmente, ainda se baseia nos moldes tradicionais, deixando de lado a importância da compreensão do texto em sua totalidade e da língua como atividade sociointerativa e dialógica.

É visível a necessidade de mudanças nas estratégias de leitura. A utilização de textos literários pode ser atrativa se utilizadas estratégias que aproximem o aluno leitor daquele texto, incite a curiosidade ao ler, fomente discussões e questionamentos e traga significações reais. Segundo Almeida (2006, p.146) “A leitura terá de se tornar algo que possibilite a criação ou a (re) criação de novas janelas por parte do leitor, janelas que darão rumo ao mundo que ele deseja descortinar à sua frente. A leitura deverá ser parte do processo de libertação e de identificação do homem”.

Desse modo, entende-se que essas estratégias, mediadas pelo professor e através de textos literários possibilitam o acesso ao mundo social do aluno, dialogando com a realidade dele e contribuindo de forma significativa para formação de um leitor autônomo, crítico, reflexivo e que seja capaz de opinar na construção ou reconstrução de um texto, de maneira a fazer sentido para ele.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. 2a. ed.. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DALVI, M.A.; REZENDE, N.L. JOVER-FALEIROS, R. (Orgs.). **Leitura de Literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2004.

DINIZ, Ligia Gonçalves; TINOCO, Robson Coelho. Entre o obrigatório e o proibido: a literatura e o leitor em livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Médio. **Linguística Y Literatura**, ISSN 0120-5587, nº 63, 2013.

FAILLA, Zoara. (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROUXEL, Annie. ENSINO DA LITERATURA: Experiência estética e formação do leitor. In: ALVES, José Hélder Pinheiro (org.). **Memórias da Borborema**: discutindo a literatura e seu ensino. Campina Grande: Abralic, 2014.

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Leitura e Escrita**. Minas Gerais, p. 14, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A Literatura em Perigo (1939)**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.